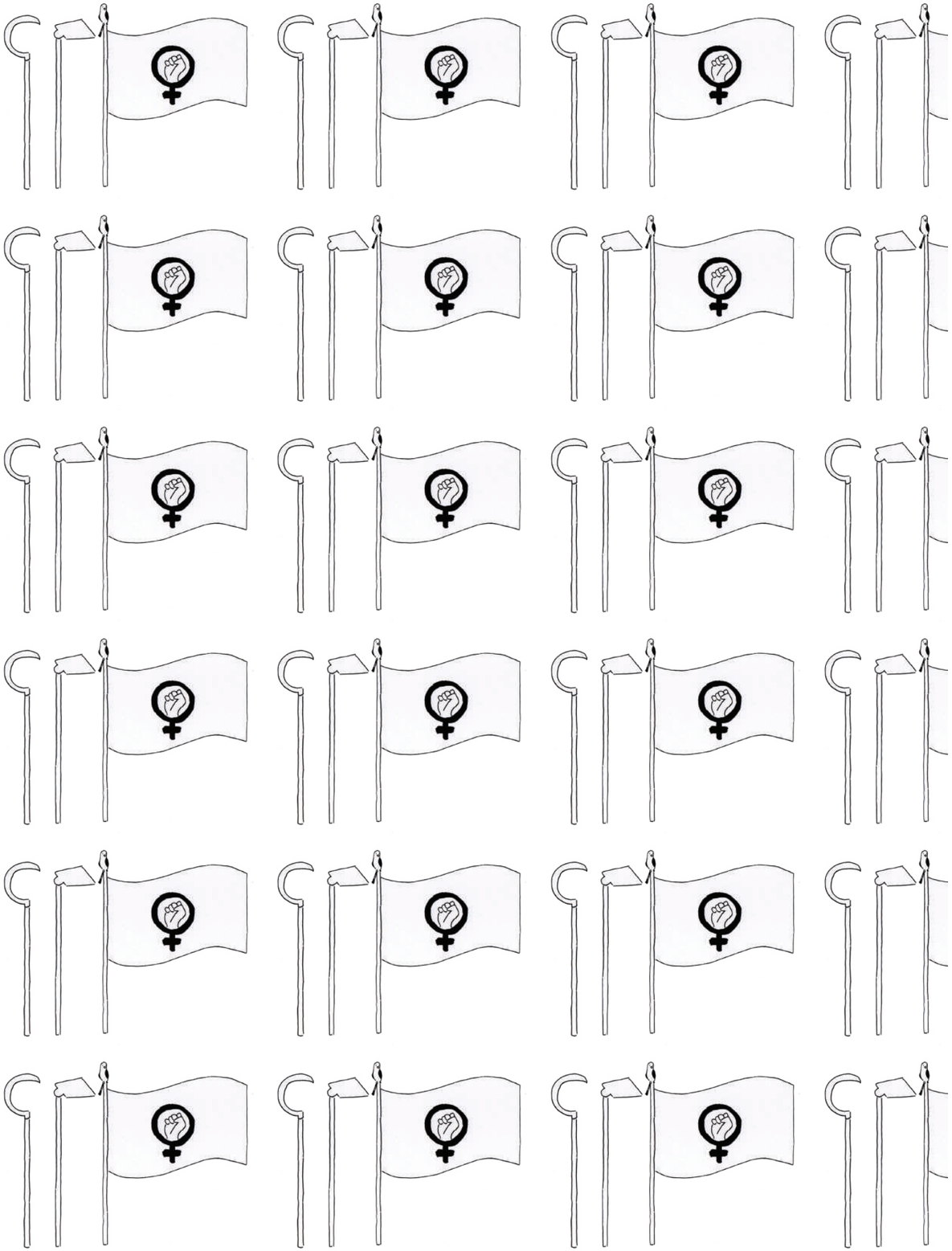
Coletivo Nacional de Gênero
do Movimento dos Pequenos Agricultores

ESTRATÉGIA, PODER POPULAR e ARTICULAÇÃO de MULHERES

Cartilha 2

MPA
Movimento dos Pequenos Agricultores



Coletivo Nacional de Gênero
do Movimento dos Pequenos Agricultores

ESTRATÉGIA, PODER POPULAR e ARTICULAÇÃO de MULHERES

Cartilha 2

MPA
Movimento dos Pequenos Agricultores

O MPA, através do Coletivo Nacional de Gênero, vem dando passos na construção de um grande desafio coletivo que é o de construir um **Plano estratégico de ação feminista nacional do movimento**, a partir dos eixos de articulação, formação, produção e abastecimento e incidência política nacional dentro de um diálogo processual, orgânico e pedagógico das instâncias até os territórios onde a vida camponesa pulsa. Esta construção inicial se coloca como um desafio e, ao mesmo tempo, um passo essencial para os próximos dois anos para o avanço do movimento na atual conjuntura brasileira de crises e agravamento dos problemas estruturais aqui enfrentados.

Dentro da construção deste plano de ação, a formação e a discussão na base camponesa do MPA aparece como um elemento fundamental para pensar a relação do nosso cotidiano com a construção estratégica da nossa organização. Fruto desse objetivo, o Coletivo Nacional de Gênero publicará seis cartilhas de formação em **Feminismo Camponês e Popular**, articulando as várias dimensões desta construção.

Você tem em suas mãos a segunda cartilha intitulada **Estratégia, Poder Popular e Articulação de Mulheres**.

Por tudo isto, convidamos nossa base camponesa a fazer leituras, debates e contribuições de forma compartilhada desde os nossos territórios, grupos de base e instâncias e se somar conosco neste pensar e construir nossos territórios camponeses, estratégias para o poder popular e a luta feminista.

Boa leitura e bom estudo!

Coletivo Nacional de Gênero
MPA Brasil

TERRITÓRIO que brota LUTA FEMINISTA, CAMPONESA e POPULAR!

"Se fere a nossa existência, seremos resistência!"

A partir do Brasil, o acesso à terra sempre foi dificultado aos povos e suas comunidades, configurando assim, históricas lutas territoriais. A luta para se organizar, produzir e alimentar sempre fez parte da luta das camponesas pela terra. Terra esta que no Brasil, primeiramente, foi invadida e tomada por meio do massacre dos povos originários pelos colonizadores europeus para ser explorada e, onde, mais adiante na história, a Lei de Terras de 1850 chega e consolida de vez a quem seria dado o acesso a ela, determinando que só possuiria a terra quem pudesse comprá-la por altos preços das mãos do Estado. Mais de 30 anos depois, com o fim oficial da escravidão, os latifundiários já tinham garantido a mão de obra substituta do trabalho escravo nas lavouras, assim, sem acesso à terra, homens e mulheres camponeses/as escravizados/as e trabalhadores/as imigrantes não tiveram opção senão trabalhar em condições sub-humanas nas terras dos ex-senhores/as de escravos/as ou irem para cidades para viverem em cortiços e sobreviver com salários miseráveis e sendo explorados/as pelo capital, dando origem as lutas urbanas, construindo estratégias de resistência.

"Na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho."
SILVIA FEDERICI

É do TERRITÓRIO que brota LUTA FEMINISTA, CAMPONESA e POPULAR!

De forma geral, é, a partir dessas relações, que é possível interpretar a formação das classes, do Estado Nacional e das estruturas de poder no Brasil. Também, é desse lugar que brotam as lutas camponesas por resistência e suas alianças aprofundadas na diversidade das mulheres camponesas no país. Nesse lugar, as mulheres negras, indígenas e brancas pobres trabalhadoras sempre construíram experiências produtivas, organizativas e inúmeras formas de resistência, autodefesa etc. por conta de sua experiência comum de discriminação sexual, opressão de um lado, mas, também, seu interesse em compartilhar conhecimentos e práticas tradicionais, que estavam ao seu alcance para controlar sua reprodução por exemplo, como tática de sobrevivência, diz Silvia Federici. A aliança das mulheres para superação das suas condições de opressão sempre foi marca forte das trabalhadoras, principalmente, das camponesas, que fazem da terra bem comum da humanidade, e do território seu espaço de vida, luta, produção, reprodução e organização popular.

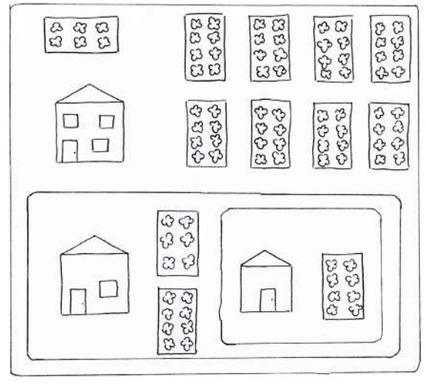
Fossem cultivando roças nas terras dos senhores de escravos/as para a própria alimentação de suas famílias e para a comercialização em feiras urbanas que abasteciam a elite branca local à época ou fosse no cuidado coletivo das crianças, onde uma "olhava" o filho da vizinha para que esta pudesse trabalhar na cidade, conspirando e tecendo redes de apoio, as mulheres trabalhadoras puderam se reapropriar, compartilhar e reproduzir conhecimento e práticas ancestrais comunais de relações sociais, com a terra e a com natureza, sendo a força motriz nas mais diversas formas revolucionárias de luta por emancipação, direitos fundamentais, poder político e autonomia.

Com esta caminhada, entendemos que território e poder são inseparáveis, o acesso à terra e a afirmação dos territórios do campesinato, são essenciais para a sobrevivência das mulheres e nossos povos no campo e na cidade, especialmente, neste enfrentamento direto com o capitalismo e o patriarcado e sua prática hegemônica de insistir na mercantilização da terra, da natureza, de nossos corpos e todos os saberes e frutos que deles brotam. E é olhando para este legado construído por nossas antepassadas, mulheres da classe trabalhadora, que hoje lutamos! bell hooks destaca que as mulheres, mesmo as mais oprimidas entre nós, exercitam alguma forma de poder e que esse poder tem potencial para alavancar a luta feminista, anticapitalista, antirracista, anti-imperialista, e vamos além, a luta camponesa e popular.

"Se o nosso inimigo é o mesmo, a nossa luta deve ser fortalecida em um cordão comum"
CÉLIA XAKRIABÁ[1]

Atualmente nossos desafios são inúmeros enquanto mulheres camponesas. Temos um Governo militarizado, neofascista e que se pauta pelas corporações do agronegócio.

Temos muita terra sob o controle de algumas poucas empresas transnacionais à serviço do capital estrangeiro: apenas **0,7%** das propriedades têm área maior que 2.000 hectares (20 km²), mas elas, somadas, ocupam quase **50%** da zona rural brasileira. Por outro lado, **60%** das propriedades não chegam a 25 hectares (0,25 km²), mas correspondem a somente **5%** de toda área rural do país, de acordo com os dados do Incra publicados pela Agência Senado no ano de 2020.



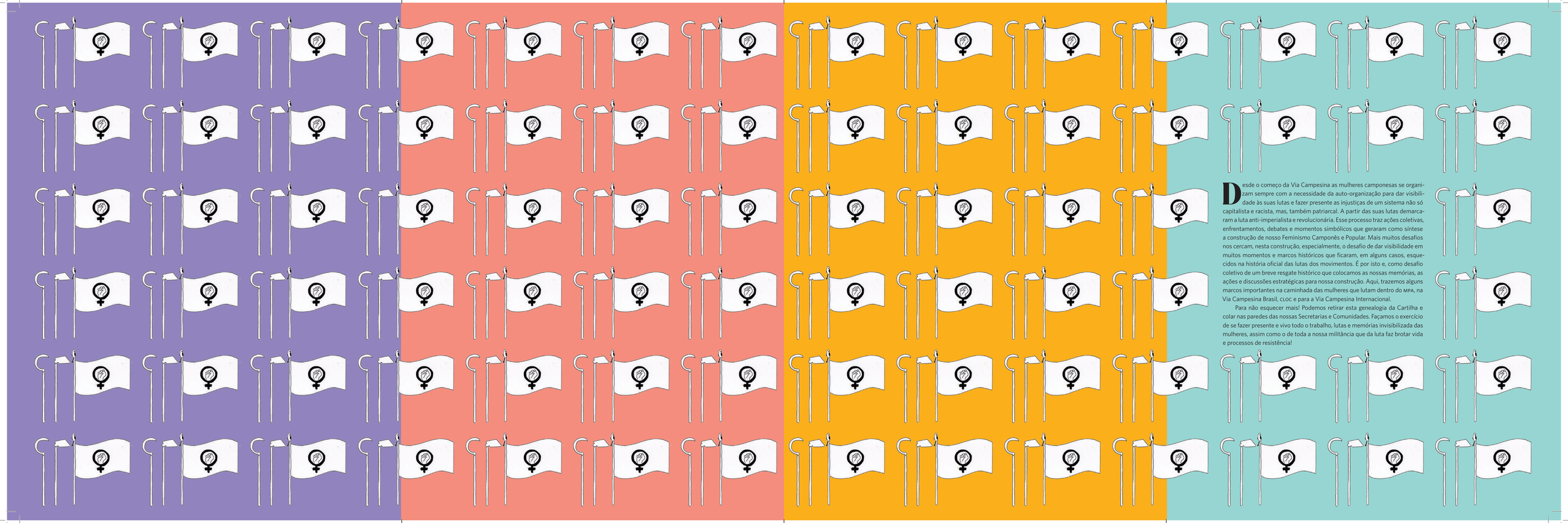
Diante disso, à propriedade da terra somam-se os conflitos, violências e disputas do agro-hidro-minério negócio no qual as mulheres camponesas têm tido um papel essencial de resistência nos enfrentamentos dentro dos territórios desde às trincheiras das comunidades. Porém, mesmo sabendo que somos responsáveis por mais da metade da produção de alimentos no mundo todo, no Brasil, acompanhando a tendência da maioria dos países pelo mundo, temos a titularidade de apenas 12,7% das propriedades rurais, segundo relatório da FAO em 2017.

A maior estratégia do complexo agroindustrial hegemônico é convencer a todos que não existem alternativas para além de seu modelo, apagando o campesinato e as mulheres por seus papéis primordiais na superação do modelo de sociedade capitalista e patriarcal. Mas, nós mulheres quilombolas, indígenas e camponesas sempre fomos e somos as guardiãs e reprodutoras do modelo milenar de produção e reprodução da vida, agroecológico, coletivo, anti-imperialista e antipatriarcal. Forjamos na luta cotidiana as bases da nova sociedade que queremos, seja na roça e/ou produzindo alimentos em nossos quintais, no trabalho reprodutivo invisível ou na direção das diversas esferas de nossa organização.

A fome de riqueza do capital predatório é insaciável. Esta riqueza não alimenta e não traz saúde, educação, moradia, dignidade humana para quem a produz: Nós, os povos destas terras, às custas da expropriação de nossos territórios e de nossa expulsão para as grandes cidades para exploração de nossa força de trabalho. Essa é uma luta que só venceremos no campo em aliança com a cidade e com as mulheres avançando, lado a lado, com os companheiros, reconstruindo nossos territórios livres de todas as formas de dominação e opressão.

É do TERRITÓRIO que brota LUTA FEMINISTA, CAMPONESA e POPULAR!

1 Disponível em: https://www.cfemea.org.br/index.php/dialogos-e-mobilizacoes/4741-o-territorio-e-nosso-corpo-nosso-espirito-e-essa-luta-e-de-todas-nos. Acesso em: 20 de maio de 2021.



Desde o começo da Via Campesina as mulheres camponesas se organizam sempre com a necessidade da auto-organização para dar visibilidade às suas lutas e fazer presente as injustiças de um sistema não só capitalista e racista, mas, também patriarcal. A partir das suas lutas demarcaram a luta anti-imperialista e revolucionária. Esse processo traz ações coletivas, enfrentamentos, debates e momentos simbólicos que geraram como síntese a construção de nosso Feminismo Camponês e Popular. Mais muitos desafios nos cercam, nesta construção, especialmente, o desafio de dar visibilidade em muitos momentos e marcos históricos que ficaram, em alguns casos, esquecidos na história oficial das lutas dos movimentos. É por isto e, como desafio coletivo de um breve resgate histórico que colocamos as nossas memórias, as ações e discussões estratégicas para nossa construção. Aqui, trazemos alguns marcos importantes na caminhada das mulheres que lutam dentro do MPA, na Via Campesina Brasil, CLOC e para a Via Campesina Internacional.

Para não esquecer mais! Podemos retirar esta genealogia da Cartilha e colar nas paredes das nossas Secretarias e Comunidades. Façamos o exercício de se fazer presente e vivo todo o trabalho, lutas e memórias invisibilizada das mulheres, assim como o de toda a nossa militância que da luta faz brotar vida e processos de resistência!

1994

1º Congresso CLOC. Não temer o surgimento de organizações de mulheres.

1996

Início do MPA Brasil (Desde a criação do MPA sempre tivemos a participação das mulheres em todas suas dimensões, mas, neste momento, ainda dispersa no processo de construção inicial).

1997

2º congresso CLOC. Proposta de garantir cota de 30% de participantes mulheres. Conseguimos 43% de participação de mulheres. Via Campesina assume a participação paritária.

1998

No desafio de dar projeção nacional ao Movimento recém-criado, nos chega o desafio de construir a 1ª Secretaria Nacional do MPA Brasil. Neste desafio, em março, o MPA Brasil fez o primeiro deslocamento nacional para construir a Secretaria e Isabel foi a 1ª mulher a se deslocar (com a família) para compor a 1ª Secretaria Nacional do MPA Brasil em Uberlândia-MG. Ficando de 1998 até 1999 em Minas Gerais.

1999

Final do ano de 1999 nossa Secretaria Nacional foi transferida para Laranjeiras do Sul, no Paraná e lá quem assume a tarefa, após Isabel, é a camarada jovem Mirian.

2000

I Encontro Nacional do MPA Brasil no Rio Grande do Sul, onde, neste momento, tínhamos a 1ª mulher a compor a Direção Nacional do MPA (a camarada Isabel) e contribuía, organicamente, a partir da instância na construção do movimento. Neste I Encontro Nacional estavam presentes 5 (cinco) Estados e 20% das/dos presentes eram mulheres, que afirmavam a necessidade de se construir um movimento nacional e composto por famílias.

2001

3º Congresso, dissemos: "precisamos de relativa autonomia; não somos uma parcela pequena, somos um processo de mulheres rurais em marcha" (Pancha, Anamuri). Surge a Articulação de Mulheres do Campo da América Latina e Caribe. Via Campesina assume.

Foi decisão das mulheres convocar a CLOC e a Via Campesina para realizar uma campanha internacional em defesa de nossas sementes.

2ª Assembleia Continental de Mulheres e 2ª Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, lançamento da Campanha. Sementes patrimônio dos povos ao serviço da humanidade.

2003

1ª Plenária Nacional de camponesas do MPA, no II Encontro Nacional em Ouro Preto D'oeste-RO realizado em fevereiro de 2003.

1º Encontro Nacional de Gênero do MPA. Em novembro de 2003 onde participaram um homem e uma mulher de cada Estado. Essa atividade foi importante para entendermos que seria necessário realizar atividades específicas com as mulheres.

2004

LVC. Primeiros feminismos "Nós, descobridoras da agricultura, guardiãs da terra e das sementes, criadoras de conhecimento..." que incorporam conceitos do ecofeminismo.

2006

Ação das mulheres de LVC Brasil em Aracruz Celulose.

Neste ano tivemos o primeiro 8 de março enquanto MPA Brasil no enfrentamento a Aracruz.

2008

Lançamento da Campanha basta de Violência contra as Mulheres "a luta antineoliberal deve ir ao lado da luta pela igualdade de gênero e a luta contra todas as formas de violência no campo, em particular a violência doméstica que sofrem as mulheres" (LVC, 2008).

1º Encontro Nacional de Mulheres Camponesas do MPA:O chamado "O Encontro das 40", como ficou conhecido. Em fevereiro de 2008 realizou-se o na Cidade Satélite de Samambaia, com 43 companheiras de 16 estados do país e o objetivo de fortalecer a participação das mulheres nos grupos de base, o alicerce da nossa organização e nas instâncias do movimento, fomentar o debate de gênero, histórico da participação das mulheres no movimento.

8 de março: Ato marcante enquanto Via Campesina em 22 estados contra o agronegócio e as transnacionais. O MPA realizou ações em 10 estados com 4.000 mulheres e enquanto Via campesina com 20000 mulheres.

Reunião Nacional das Mulheres Camponesas do MPA em julho, em Frederico Westphalen-RS e ali foi criado o Coletivo Nacional de Gênero.

2009

O conceito Feminismo Camponês a Popular chega à CLOC.

2010

"Sem feminismo não há socialismo". Hoje, a bandeira não é mais essa, propomos uma causa política maior: "com o feminismo construiremos o socialismo"

2ª Plenária Nacional de mulheres camponesas do MPA no 3º Encontro Nacional em Vitória da Conquista-BA, onde tivemos mais de 40% de mulheres. A ampliação da participação dirigente de jovens e mulheres em todas as instâncias do movimento foi um dos compromissos definidos no Encontro. Neste encontro, foram lançados com a contribuição e mãos femininas.

1. Lançamento da Campanha de Combate aos agrotóxicos

2. Lançamento da Campanha *Basta de Violência contra as Mulheres*. Reafirmamos nosso compromisso em enfrentar o tema da violência contra as mulheres, lançando a campanha *Basta de violência contra as mulheres* da Via Campesina.

2013

A LVC se assume como "movimento que reconhece a plena igualdade e o valor de homens e mulheres (...) homens e mulheres compartilharam responsabilidades do mesmo jeito". (LVC, 2013). O Conceito Feminismo Camponês e Popular chega à Via campesina.

1ª Escola Feminista em Luziânia-GO (Abril de 2013), com o Lançamento do 1º Livro elaborado pelas camponesas do MPA Brasil, intelectuais e parceiras "Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos".

2015

Jornada Nacional das Mulheres (08 de março): atos estaduais e ocupações:

1. Ato e ocupação coletiva da BUNGE em Luziânia-GO;
2. Ato com a Presidenta Dilma e audiências em Brasília.

3ª Plenária Nacional de Mulheres durante o 1º Congresso Nacional do MPA (São Paulo), com paridade de gênero e a afirmação nacional do rosto jovem e feminino do MPA Brasil em nosso 1º Congresso.

5º Congresso. Início da reflexão em busca de nossa identidade, causa e razão feministas:

1. O socialismo e feminismo como horizonte estratégico de transformação "um feminismo camponês, e popular, insubmisso, socialista, que questiona as concepções patriarcais e burguesas funcionais às políticas de exploração" (CLOC, 2015)

2. Debate da interseccionalidade "as mulheres pobres sofremos o peso da discriminação de gênero, de classe, do racismo e do sexismo". (CLOC, 2015)

2016

Transição da coordenação do Coletivo de Gênero Nacional, onde Maria fecha um ciclo de andanças e contribuições e inicia um processo de transição para Leila, como parte dos processos e afirmações do 1º Congresso Nacional do MPA Brasil em São Paulo.

2ª Escola Feminista Nacional, em Seberi-RS (fevereiro de 2016), com a presença de 70 mulheres/homens que nos proporcionou o processo de:

1. Construção coletiva das Linhas políticas do Coletivo de Gênero Nacional sistematizadas durante a 2ª Escola Feminista e reafirmada pela Direção Nacional em fevereiro de 2016.

2. Construção da pauta nacional de lutas e do lema da Jornada de Lutas do Março/2016: "Direitos: violência contra as mulheres, previdência, Educação, Saúde, criminalização da produção da agricultura camponesa e Programa Camponês".

3. E pela primeira vez, em 2016 tivemos nossa 1ª Equipe Nacional de Negociação Política em Brasília formada somente por mulheres camponesas, assumindo a negociação da pauta nacional do MPA Brasil (Maria-MPA PI, Denilva-BA pela secretaria Nacional/funcionais, Luciene-MPA ES, Debora Varoli-MPA RS, Leila-MPA BA, Jucileia-MPA RO e Daniele-MPA SC).

Publicação do 2º livro elaborado pelas mulheres camponesas do MPA Brasil "Diversidade Produtiva das Mulheres do MPA"

2017 a 2019

Período de rearticulação interna e com contribuições em processos de articulação e formação pelos Estado; Monitoramento das linhas políticas nacionais do Coletivo Nacional de Gênero; Inserção e contribuição coletiva junto às demais organizações na auto-organização, deste período, para a criação da Operativa nacional da Via Campesina Brasil. Construção das Jornadas de lutas no março:

1. Lema de 2017: "MULHERES EM LUTA: *Quem alimenta o Brasil exige respeito! Nenhum direito a menos!*". O foco desta Jornada de Lutas das Mulheres é a defesa da Previdência Social,especialmente, dos direitos conquistados pelos/as camponeses/as.

2. Lema de 2018: "CAMPONESAS EM LUTA: *Contra a violência, por direitos, democracia e soberania alimentar!*", dentro de um processo de luta unitária e popular ao lado do nosso campo político dentro da crise política neste ano afirmada.

3. Lema de 2019: "MULHERES NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA: *Por direitos, soberania e previdência*". Tendo como pautas principais "Previdência, Violências e Soberania alimentar" e com lutas de caráter formativo e de disputa de classe (luta anticapitalista, anti patriarcal e anti-imperialista).

2017

5ª Assembleia de Mulheres, "o sistema capitalista e patriarcal viola nossos territórios, nossos corpos e nossas mentes" (LVC, 2017).

Plenária nacional de mulheres Via Campesina Brasil.

2018

Declaração dos Direitos dos Camponeses. Não conseguimos que seja "das camponesas e dos camponeses", mas a declaração reconhece nossos direitos.

2019

1ª Escola feminista da Via Campesina Brasil.

Identidade feminista das mulheres da CLOC:

1. "Na luta pela vida, pela defesa das sementes, pelo direito igualitário ao acesso à terra (...), contra a exploração e a violência (...) por uma sociedade equitativa que transforma as relações e poder que marcaram a subordinação das mulheres". (CLOC, 2019).

2. "Não é possível eliminar a opressão, dominação e exploração de gênero sem eliminar a das classes e raça, e viceversa". (CLOC, 2019).

2020

1ª Jornada virtual nacional de lutas do MPA Brasil com o lema "Contra a fome e por soberania alimentar" e a construção das Mulheres do Brasil em 16 de Outubro

1. Ato de abertura da Jornada dia 12/10 com o lema: "Mulheres camponesas em defesa da vida, pelo alimento e contra a fome".

2. Rearticulação do planejamento do Coletivo Nacional de Gênero para os próximos 3 anos à luz dos desafios e da estratégia nacional.

2021

Publicação de materiais Campanha Basta de Violência.

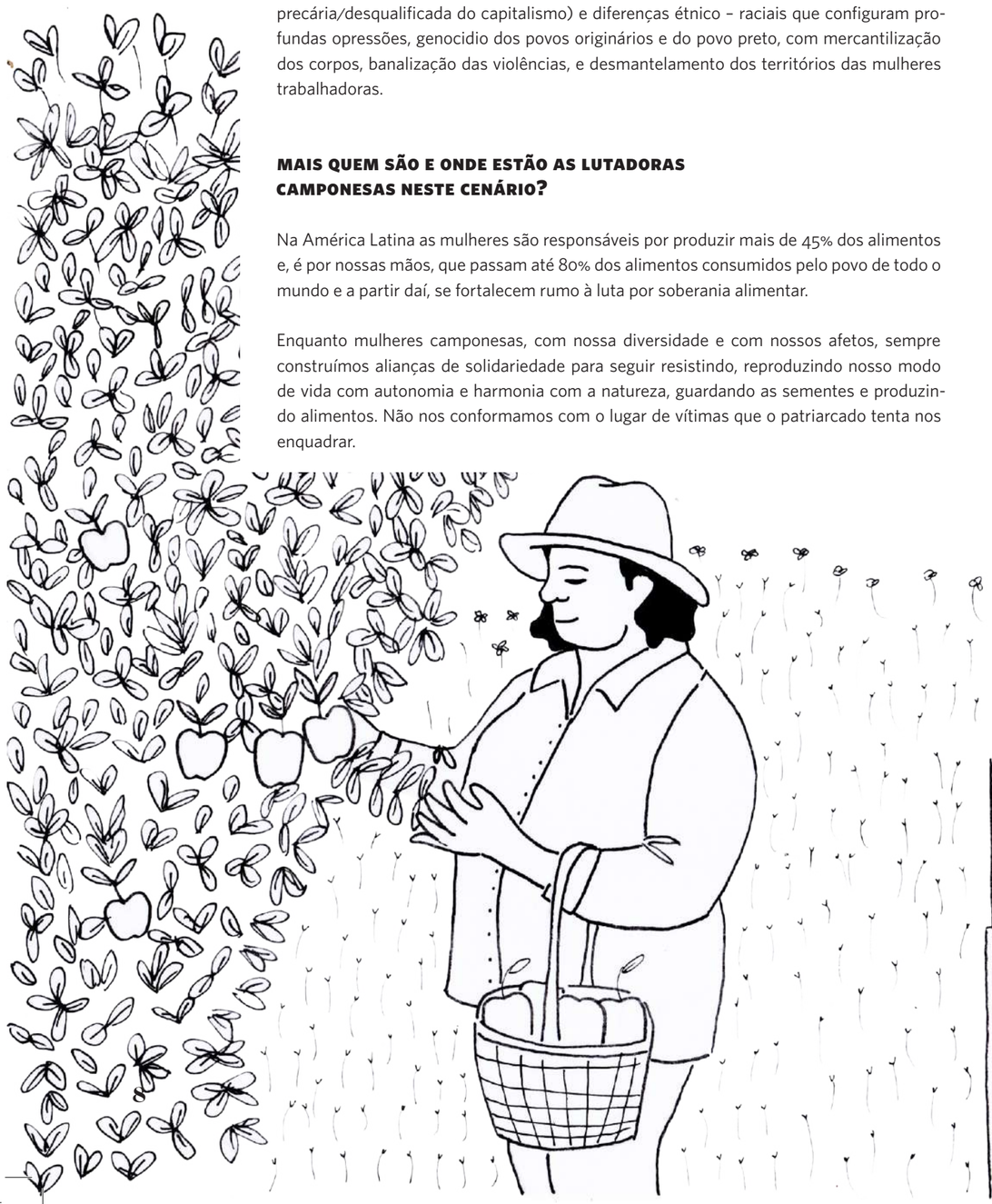
Plenária Nacional das Mulheres do MPA Brasil em março/2021 e articulação da Jornada de Lutas unitária com as mulheres do nosso campo político.

No Brasil, importante lugar da atual luta de classes, as mulheres representam 51,8% da classe trabalhadora do país, sendo mais de 100 milhões de mulheres em luta e resistência cotidiana do campo à cidade dentro de um país marcado, estruturalmente, em sua formação pelo patriarcado, uma violenta divisão em classes sociais: burguesia e "classe trabalhadora" (agrava a situação da mulher, que é vista como produto ou mão de obra precária/desqualificada do capitalismo) e diferenças étnico – raciais que configuram profundas opressões, genocidio dos povos originários e do povo preto, com mercantilização dos corpos, banalização das violências, e desmantelamento dos territórios das mulheres trabalhadoras.

MAIS QUEM SÃO E ONDE ESTÃO AS LUTADORAS CAMPONESAS NESTE CENÁRIO?

Na América Latina as mulheres são responsáveis por produzir mais de 45% dos alimentos e, é por nossas mãos, que passam até 80% dos alimentos consumidos pelo povo de todo o mundo e a partir daí, se fortalecem rumo à luta por soberania alimentar.

Enquanto mulheres camponesas, com nossa diversidade e com nossos afetos, sempre construímos alianças de solidariedade para seguir resistindo, reproduzindo nosso modo de vida com autonomia e harmonia com a natureza, guardando as sementes e produzindo alimentos. Não nos conformamos com o lugar de vítimas que o patriarcado tenta nos enquadrar.



Camponesas na construção de um Projeto Popular para o Brasil: LUTA ESTRATÉGICA, FEMINISTA e PODER POPULAR

Por esses elementos que, para enfrentar os desafios desse atual momento, precisaremos aprofundar nossa leitura sobre o atual estágio do modo de produção capitalista e o acirramento das desigualdades dentro da luta de classes no Brasil, compreender o processo de consolidação da derrota estratégica, reafirmar o papel do campesinato enquanto sujeito capaz de dar resposta às diversas dimensões das crises em curso no país, mas, ao mesmo tempo, será essencial rearticular nossas forças enquanto mulheres do MPA Brasil para fortalecer a política de alianças com nosso campo político, incidir na produção de alimentos e no abastecimento popular e para garantir as vitórias táticas como processo acumulativo da retomada de um projeto popular para o Brasil, tudo isto a partir de um país que sente em cada Estado/território/comunidade os graves recuos das políticas e programas voltados ao campesinato e às mulheres camponesas. Neste caminho, precisamos afirmar nossa resistência e luta permanente, principalmente, contra a fome, pela vida, por soberania alimentar e pela terra, construindo experiências de poder popular desde os nossos territórios.

A resistência se faz, cotidianamente, a partir dos nossos territórios. O território que é construído através das relações de poder e é, principalmente, na propriedade da terra e na relação com a natureza e na produção de alimentos que vivenciamos as contradições e conflitualidades. No entanto, o território não é somente a terra, é mais amplo, pois entendemos o território como o palco para a efetivação da vida humana, assim, estamos falando do espaço onde se constrói o alicerce do pertencimento, dos nossos símbolos, ancestralidades, afetos, lutas, modos de viver e produzir. Partimos disto porque sabemos que no território a construção do poder popular só será possível quando afirmamos e direcionarmos o papel crucial da juventude, das mulheres e da cultura dos povos, cultura essa tão diversa e carregada de história e memórias que, no trabalho diário com o povo, precisa ser reafirmada e/ou reconstruída, respeitando saberes e processos construídos.

> *"Vamos lutar com tudo o que temos e com todas as nossas forças contra esses megaprojetos. Se eles conseguirem conquistar estas terras, será à custa do nosso sangue, o sangue das mulheres zapatistas. Refletimos muito e foi isto que decidimos. Porque de repente, estes novos maus governos pensam ou creem que, por sermos mulheres, depressa iremos curvar a cabeça, que seremos obedientes face ao patrão e aos seus novos capatazes, e que tudo quanto queremos é ter um bom patrão e uma boa paga. Mas não, o que nós queremos é a liberdade que ninguém nos ofereceu, aquela que conquistamos com o nosso sangue"*
> MULHERES DO EXÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (EZLN; MÉXICO, 2019)

O momento presente nos exige, politicamente, determinar os caminhos através do qual iremos nos dirigir rumo/até à condução revolucionária, pois, é, a partir da nossa atuação política, do nosso fazer diário e da nossa experiência política, camponesa, produtiva, territorial e organizativa que, concretamente, determinaremos o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes de base anticapitalista, antirracista, antipatriarcal e anti-imperialista. Mas, uma certeza temos: faremos isto ombro a ombro, trabalhadoras/es camponesas/es e trabalhadoras/es da cidade. Deste lugar, faremos a derrota da burguesia e implantaremos uma sociedade socialista, onde a diversidade das mulheres camponesas cumprirão uma tarefa transformadora, serão elas, parte crucial do "exército" das lutadores populares, necessários para construção da aliança fundamental entre campo-cidade, e para refletir a correlação de classes vividas pelo país e, ao mesmo tempo, para contribuir no direcionamento para a transformação político-social, tudo isto, a partir da força da nossa experiência, trajetórias e lutas.

É com a força dessas mulheres que a luta feminista, camponesa e popular, enquanto MPA, nos exige integralizar, cada vez mais, a formação das mulheres como sujeito popular revolucionário à *mudança da luta cotidiana do nosso povo em força de social e política portadora do Projeto Popular para o Brasil*. Para tanto, a construção um *Projeto Popular para o Brasil, Luta Revolucionária e Poder popular são os três componentes da estratégia do nosso Movimento*, pois, no entendimento do MPA, o Poder Popular é o eixo que articula as três ideias centrais do processo revolucionário que é a *tomada do poder, reformas acumulativas e o próprio Poder Popular*. E, neste tripé, as mulheres e a juventude camponesa cumprirão um papel central na condução, pelo seu potencial organizador da rebeldia e por serem o fio condutor da articulação e trabalho territorial junto aos/as camponeses/as.

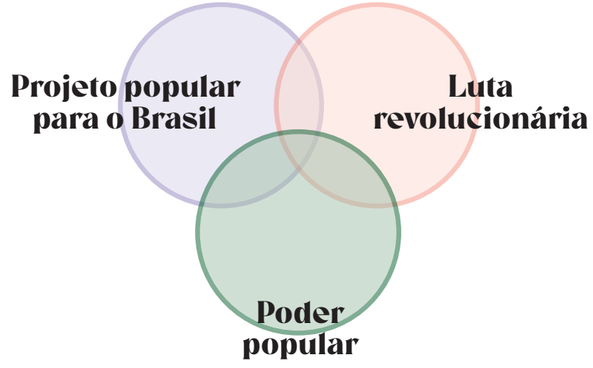
MAIS DE FATO O QUE É E COMO SE MANIFESTA O PODER POPULAR?

Poder popular é uma categoria do pensamento socialista que foi exercido pelo povo durante todas as revoluções do século xx e que colocou no centro da construção da estratégia revolucionária. Entre outros significados, poder significa capacidade de intervenção. Quem exerce o poder hoje submete, inferioriza, impõe fatos, se apropria e domina: os territórios, os bens naturais, as ideias do povo, se utilizam de diversos mecanismos para isto. No Brasil, o centro do poder está no estado — propriedade privada da burguesia com suas "instituições". Este conjunto alimentado pelos interesses imperialistas exerce o poder, dirigem a vida das massas, expropria seus direitos, territórios, bens materiais e imateriais.

E NOS PERGUNTAMOS: COMO DIRIGIR PARA CONSTRUÇÃO DO NOVO PODER?

No cotidiano devemos querer espalhar o poder entre o povo, criar um novo tipo de democracia baseada na coletividade, na confiança, nas capacidades, se colocar ombro a ombro, lembrando que apenas o nosso nível de consciência se diferencia. Se envolvidas/os nos processos, a partir da realidade concreta local, as pessoas descobrirão e aprenderão a querer usar o poder na perspectiva da transformação, acumulando para uma estratégia comum da classe. Para tanto, todas/os precisam entender e sentir que a sua causa é também a da/o outra/o, e que não há possibilidade de resolver os problemas ou avançar sozinhas/os, mas sim dentro de um processo sólido de construção coletiva.

FIGURA 1: TRÊS COMPONENTES DA ESTRATÉGIA DO MPA



O DESENVOLVIMENTO DO PODER POPULAR EXIGE:

Trabalho permanente; formação e atuação das lideranças locais; ações concretas; consolidação de experiências; estruturas organizativas; clareza dos/as homens e mulheres dirigentes/militantes que acompanham; metodologias de trabalho com efeito multiplicador e coerente com a intencionalidade estratégica; deve combinar todos os eixos e fatores do poder popular, alterar o nível de consciência fazendo com que a consciência ingênua transite para consciência crítica e organizativa, assim coloca a participação popular no centro dos processos. Por consequência, crescerá a corresponsabilidade, identidade, a consciência, os níveis de "governança" comunitária em suas dimensões, mas tudo isto, partindo da força das nossas lutas, experiências, conquistas e resistências, pois "compreendemos que nossa estratégia não possui um sujeito disponível na sociedade como uma matéria-prima para ser processada na fábrica revolucionária. Antes de mobilizá-lo/a, considerando nossa especificidade socioeconômica, concebemos que é elemento-chave de toda estratégia a formação (constituição) do sujeito popular".

> *É preciso construir territórios de poder popular e ressignificar as estratégias, como o aprimoramento de ferramentas para que a informação verdadeira chegue na população, a batalha de ideias, a consciência crítica e o senso de coletividade*[2]"
>
> RAFAELA ALVES, MPA

Com isto dito, mulheres, precisamos afirmar que toda batalha é para que nossa classe conquiste o poder de estado, resgate a riqueza produzida por nossas mãos e construa a sociedade sem exploração, mas, para tanto, precisamos envolver muita gente na luta para tomada do poder e isto envolve um trabalho profundo de potencializar nossos acúmulos em várias frentes (juventude, sementes crioulas, produção de alimentos etc.) e trajetórias em experiências de poder popular desde os territórios, pois desenvolver o poder popular impulsionará as condições da transformação.

Temos o desafio de disputar política e ideologicamente o território e a territorialização do capital hegemônico. Precisamos desgastar enquanto mulheres revolucionárias toda conflitualidade gerada pelo capitalismo no campo, opressão e subordinação/controle sobre nossas mentes, corpos e territórios e, principalmente, assumir a condução do nosso movimento como parte da construção coletiva da luta popular. É neste contexto que *contribuiremos com a construção do socialismo, como horizonte político que precisamos perseguir (estratégia) e, ao mesmo tempo, construir um conjunto de ações demandadas pela estratégia para alterar a correlação de forças desta conjuntura e das conjunturas que virão (tática)*.

E, neste caminho, **qual a tarefa das mulheres camponesas do MPA?** Partindo dos nossos acúmulos organizativos e territoriais, lutas e enfrentamentos nossa tarefa é desenvolver uma dinâmica de trabalho político e organizativo que transformem nossas experiências em Poder Popular, a partir da afirmação de eixos de trabalho que orientem o fazer em cada território e, ao mesmo tempo, alimentando os fatores necessários para o amadurecimento de cada experiência. Fortalecer a luta feminista, estratégica e camponesa, assumindo para si, para sua comunidade e dentro do território, o desafio da construção do movimento e da condução deste pensar/fazer estratégico do MPA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rafaela; COSTA, Josineide; VAROLI, Débora Waleska Sasdelli; SILVA, Marcelo Leal Teles da; GORGEN, Frei Sérgio; OLIVEIRA, Marco Joni; PALMEIRA, Humberto; KRAUSER, Raul Ristow; PILON, Bruno; CARLO, Luis; CONTE, Sérgio. **Plano Camponês**: por soberania alimentar e poder popular. 1 ed. SP: Outras Expressões, 2019.

ALVES, Rafaela. **Construindo o Poder Popular**: Mão na massa! É tempo de plantar esperança!. 2020.

FAO. **Atlas de la Mujer Rural en América Latina y el Caribe**. 2017[3]

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Joelson; FELICIO, Erahsto. **Por Terra e Território**: Caminhos da Revolução dos Povos do Brasil. Bahia: Teia dos Povos, 2021.

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro**. Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia/ Instituto de Geociências. v. 1. nº. 1, Salvador: Programa de pós-graduação em Geografia, 2005.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista**: Da Margem ao Centro. Tradução de Rainer Patriota. 1.ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

PINHEIRO, Sebastião. **Biopoder Camponês**: Território, Questão Agrária, Agroecologia, Espiritualidade e a Nutrição Ultrassocial. Rio Grande do Sul: Juquira Candiru Satyagraha, 2021.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras Oficializou Opção do Brasil Pelos Latifúndios. **Agência Senado**. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios . Acesso em: 30 de maio de 2021.

2 Disponível em: **bit.ly/3w2exhS**. Acesso em: 25 de junho de 2021.

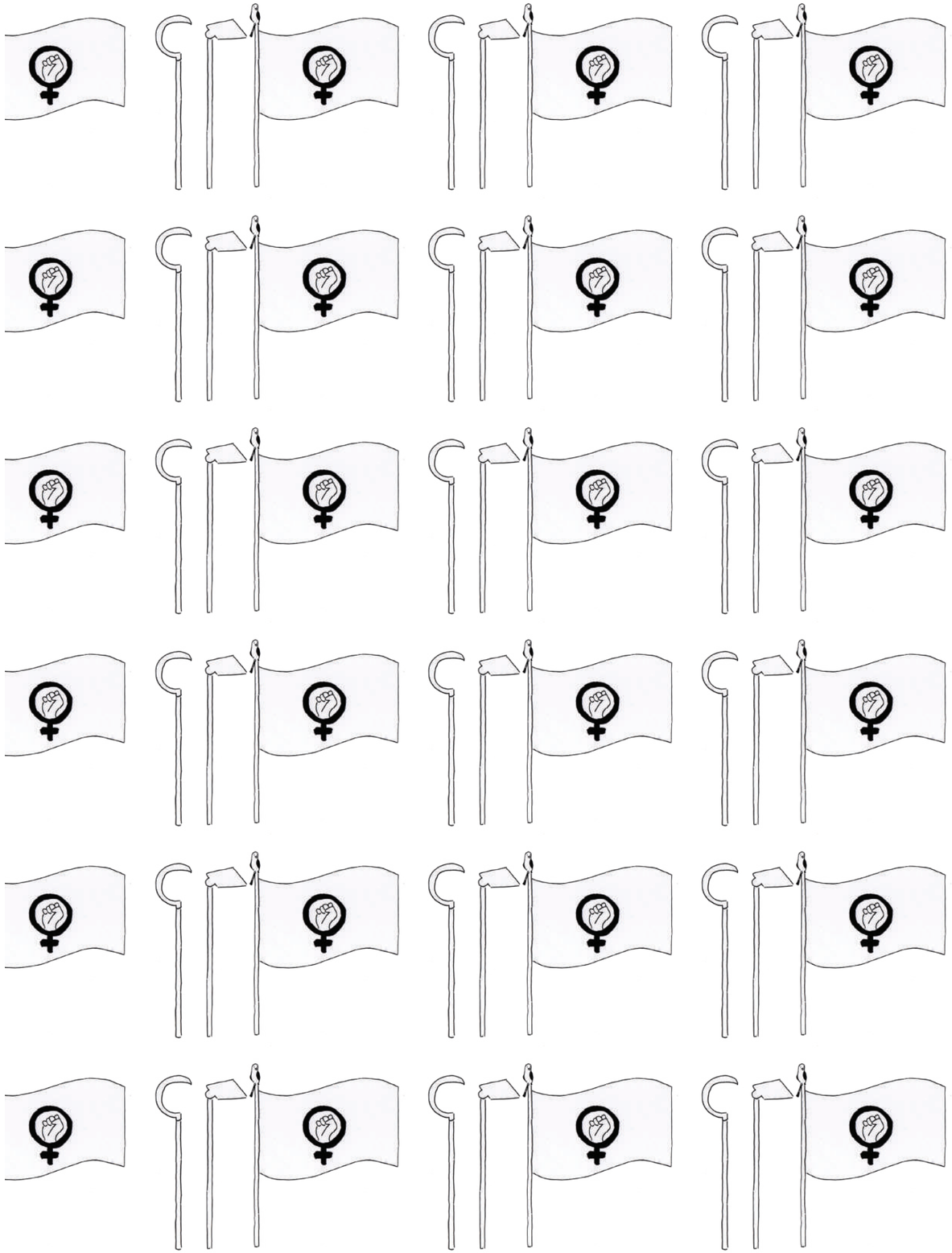
3 Disponível em: **bit.ly/2T5C9EH**. Acesso em: 25 de junho de 2021.

© MPA Brasil, 2021

Esta obra atende às normas do novo Acordo Ortográficos
da Língua Portuguesa, em vigor desde janeiro de 2009.

Título original:	Estratégia, poder popular e articulação de mulheres
Elaboração:	Coletivo Nacional de Gênero: Adriana Mullller Cíntia Souto Débora Varoli Denilva Pinto Edleuza Cassemiro Esti Redondo Flávia Vargas Gilvanir de Souza Isabel Ramalho Jeieli Laís Josineide Costa Jozelita Tavares Leila Santana Marinei dos Santos Rafaela Alves Roseli Souza Sônia Costa Thais Moura Viviane Chiarello
Realização:	MPA BRASIL ANAC
Apoio:	Bizilur Diputación Foral de Bizkaia Gobierno Vasco
Design gráfico:	Gabriela Ferreira (*Instagram*: @gabiiferreira)
Ilustrações:	Thais Pereira Carvalho (*Instagram*: @artistadesconhecida)
Fontes:	Whitney e Room 205

MPA Brasil
mpabrasil.org.br · *YouTube*: @mpabrasil · *Twitter*: @mpabrasil
Facebook: fb.com/mpacampesinato · *Instagram*: @mpa.brasil



A formação e a discussão na base camponesa do MPA aparece como um elemento fundamental para pensar a relação do nosso cotidiano com a construção estratégica da nossa organização. Fruto desse objetivo, o Coletivo Nacional de Gênero publicará seis cartilhas de formação em Feminismo Camponês e Popular.

Aqui estamos com a segunda cartilha intitulada **Estratégia, Poder Popular e Articulação de Mulheres**. Esta cartilha tem duas partes de desenvolvimento teórico, a primeira ***É do território que brota luta feminista, camponesa e popular!*** que coloca as lutas pelos territórios camponeses e o enfrentamento ao modelo hegemônico de agricultura. A segunda, ***Camponesas na construção de um Projeto Popular para o Brasil: luta estratégica, feminista e poder popular***, que traz a memória do caráter lutador das mulheres camponesas e afirmam seu papel na estratégia atual.

E, além disso, colocamos uma linha do tempo com a genealogia da luta das mulheres do MPA, da Via Campesina Brasil, da CLOC e da Via Campesina Internacional para entenderem visualmente o caminho da construção de nosso momento atual.

REALIZAÇÃO

APOIO